

**RAFAEL PRADO**

Doutor em Direito pelo Programa de Doutorado em Direito e Ciência Política da Universidade de Barcelona, área de concentração Direito internacional e relações internacionais, com estágio doutoral no Departamento de Direito internacional e organizações internacionais da Universidade de Genebra

# **A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE**



Belo Horizonte  
2021

## CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Antônio Rodrigues de Freitas Junior	Kiwonghi Bizawu
Bernardo G. B. Nogueira	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clêmeron Merlin Clêve	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dircéo Torrecillas Ramos	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Edson Ricardo Saleme	Nelson Rosendal
Eliane M. Octaviano Martins	Renato Caram
Emerson Garcia	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Rodolfo Viana Pereira
Florisbal de Souza Del'Olmo	Rodrigo Almeida Magalhães
Frederico Barbosa Gomes	Rogério Filippetto de Oliveira
Gilberto Bercovici	Rubens Beçak
Gregório Assagra de Almeida	Sergio André Rocha
Gustavo Corgosinho	Sidney Guerra
Gustavo Silveira Siqueira	Vladmir Oliveira da Silveira
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Wagner Menezes
Janaína Rigo Santin	William Eduardo Freire
Jean Carlos Fernandes	

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2021.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho

**Produção Editorial e Capa:** Danilo Jorge da Silva

**Imagem de Capa:** Rafael Prado, Vredespaleis, The Hague 2009

**Tradução:** Marina Borges Soares

**Revisão:** Fabiana Carvalho e Marina Borges Soares

341.3473 Prado, Rafael.  
P896c A Corte Internacional de Justiça e a proteção do meio  
2021 ambiente / Rafael Prado. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021.  
472 p.

ISBN: 978-65-5929-064-2  
ISBN: 978-65-5929-065-9 (E-book)

1. Direito ambiental. 2. Controvérsias internacionais ambientais. 3. Danos ambientais.  
4. Governança ambiental. 5. Arbitragem internacional. I. Título.

CDDir – 341.3473  
CDD(22.ed.)– 363.1792

Elaborada por: Fátima Falci  
CRB/6-700

## MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion  
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000  
Tel: (31) 3031-2330

## FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé  
São Paulo/SP - CEP 01006-000  
Tel: (11) 3105-6370

[www.arraeseditores.com.br](http://www.arraeseditores.com.br)  
[arraes@arraeseditores.com.br](mailto:arraes@arraeseditores.com.br)

Belo Horizonte  
2021

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	XIX
PREFÁCIO .....	XXIII
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1	
A SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS E O MEIO AMBIENTE .....	23
1. O PRINCÍPIO UNIVERSAL DA SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS .....	35
2. O MEIO AMBIENTE COMO ORIGEM DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS .....	42
2.1. Fatores geradores de controvérsias internacionais ambientais .....	50
2.2. O aumento das controvérsias internacionais ambientais .....	53
3. CONCEITO DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS .....	56
3.1. Tipologia das controvérsias internacionais ambientais .....	70
3.2. As características das controvérsias internacionais ambientais .....	77
4. OS MEIOS DE SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS E SUA RELAÇÃO COM AS CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS.....	82
4.1. Os métodos não jurisdicionais: os meios políticos e diplomáticos..	94
4.2. Os métodos jurisdicionais: a arbitragem internacional e a solução judicial .....	97
CAPÍTULO 2	
AS CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS PERANTE A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA .....	109

1. ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA.....	118
1.1 A organização da Corte .....	129
(A) Os Comitês.....	130
(B) A Secretaria da Corte.....	131
(C) As Câmaras. Especial referência à Câmara para Assuntos Ambientais.....	134
2. A JURISDIÇÃO UNIVERSAL, GERAL E VOLUNTÁRIA DA CORTE E SEUS EFEITOS SOBRE AS CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS .....	148
2.1. Declarações que reconhecem a competência da Corte como obrigatória, e que fazem restrições a controvérsias internacionais ambientais.....	158
3. A COMPETÊNCIA DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA E SUA APTIDÃO PARA CONHECER CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS.....	166
3.1. A competência consultiva .....	169
3.2. A competência contenciosa .....	177
4. O PROCEDIMENTO PERANTE A CORTE E SUA RELAÇÃO NAS CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS .....	183
4.1. O procedimento consultivo .....	184
4.2. O procedimento contencioso .....	185

## CAPÍTULO 3

A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA E SUA JURISPRUDÊNCIA EM DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	191
1. REPARAÇÃO DE DANO AMBIENTAL.....	201
1.1. Antecedentes.....	207
1.2. Caso Certas Terras Fosfáticas em Nauru (Nauru v. Austrália).....	219
1.3. Casos dos Testes Nucleares (Austrália v. França) e (Nova Zelândia v. França).....	230
1.4. Caso Pulverização Aérea de Herbicidas (Equador v. Colômbia) ...	245
2. USOS DE CURSOS DE ÁGUAS INTERNACIONAIS.....	256
2.1. Caso Projeto Gabčíkovo-Nagymaros (Hungria v. Eslováquia).....	261
2.2. Caso Fábricas de Celulose às Margens do Rio Uruguai (Argentina v. Uruguai).....	278
2.3. Casos entre Costa Rica e Nicarágua correlacionados ao Rio San Juan.....	289
2.4. Caso Disputa sobre o <i>Status</i> e Uso das Águas do Silala (Chile v. Bolívia).....	309

3. CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E ECOSISTEMAS COMUNS .....	318
3.1. Casos relativos a disputas marítimas com implicação sobre a conservação de recursos pesqueiros.....	320
3.2. Caso Caça de Baleias na Antártica (Austrália v. Japão: Nova Zelândia interveniente).....	327

#### CAPÍTULO 4

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA PERANTE AS CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS .....	345
--	-----

1. A CIJ PERANTE OS DESAFIOS INTERPOSTOS PELA CRISE ECOLÓGICA NA SOCIEDADE DO RISCO.....	351
1.1. A iminente judicialização internacional da crise climática perante a CIJ.....	363
1.2. A proteção e a preservação dos bens comuns da humanidade.....	384
2. O DESAFIO TEMPORAL: A RESPOSTA PROCEDIMENTAL DA CIJ PERANTE O RISCO E PERIGO IMINENTE DO DANO AMBIENTAL.....	393
2.1. As medidas cautelares relativas a controvérsias internacionais ambientais na prática da CIJ e os desafios da implementação dos princípios de prevenção e precaução.....	402
3. O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS AMBIENTAIS PERANTE A CIJ.....	406
4. PERSPECTIVAS DO PRESENTE E PROPOSTAS DO FUTURO IMEDIATO SOBRE O PAPEL DA CIJ NA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL PERANTE A CRISE ECOLÓGICA DO ANTROPOCENO .....	414

CONCLUSÕES .....	423
------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS.....	433
1. ARTIGOS.....	433
2. OBRAS MONOGRÁFICAS.....	436
3. OBRAS COLETIVAS.....	440
4. TESES DE DOUTORADO.....	442
5. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS .....	442
6. DOCUMENTOS E NORMATIVAS INTERNACIONAIS.....	446
7. JURISPRUDÊNCIA.....	447
7.1. Corte Internacional de Justiça .....	447

7.1.1 Competência contenciosa da CIJ.....	447
a) Casos concluídos.....	447
7.1.2 Competência consultiva da CIJ .....	448
7.2. Outras Cortes e Tribunais Internacionais .....	448
7.2.1. Tribunal Internacional para o Direito do Mar.....	448
7.2.2. Cortes e Tribunais dos Sistemas Regionais de Proteção de Direitos Humanos .....	448
a) Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	448
b) Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	448
7.2.3. Outros órgãos judiciais de blocos regionais de integração..	448
a) Tribunal de Justiça da União Europeia .....	448